
O Monitor de Angola

Nº 1, 2012

O Monitor de Angola aborda a política, economia, desenvolvimento, democracia e direitos humanos em Angola. Publicado trimestralmente pela Ação pela África Austral (ACTSA, sigla em inglês), também está disponível em inglês.

Esta edição aborda a confirmação de que eleições locais e nacionais irão ocorrer; a reeleição do líder da UNITA e a visita dos governantes do Brasil, Noruega e Portugal. As notícias econômicas cobrem a discrepância de 32 bilhões de dólares no balanço da Sonangol; o orçamento de 2012 e a nova lei bancária para empresas petrolíferas estrangeiras. Também cobrimos as acusações de que a polícia estaria utilizando força excessiva; direitos humanos em Cabinda; a paralisação das atividades de grupos de direitos da criança; desalojamentos devido a enchentes e repatriamento de angolanos da República Democrática do Congo (RDC).

Mensagens de nossos leitores são bem-vindas. Por favor envie os comentários para campaigns@actsa.org. Para mais notícias e informações sobre Angola e a África austral, visite o sítio do ACTSA: www.actsa.org.

Política

Confirmadas eleições em 2012

No dia 21 de outubro, o presidente José Eduardo dos Santos anunciou em seu discurso sobre o Estado da Nação que Angola irá realizar eleições parlamentares no terceiro trimestre de 2012. Ele encorajou os cidadãos a registrarem-se para votar. Após um período inicial lento, até o dia 16 de dezembro, 16 milhões de pessoas tinham se registrado. Uma segunda fase de registro de eleitores foi inaugurada no dia 5 de janeiro e durará até 15 de abril.

Após 14 dias de negociações entre o partido governante, MPLA, e os partidos de oposição, um consenso acerca do registro eleitoral e acompanhamento das eleições foi anunciado no dia 8 de dezembro pelos parlamentares líderes das bancadas de cada partido. No dia 9 de dezembro, o parlamento votou uma série de pontos importantes sobre a Lei Orgânica das Eleições Gerais, incluindo questões relacionadas à composição e independência da Comissão Nacional Eleitoral (CNE). As negociações entre os partidos sobre outros pontos relevantes acerca do registro eleitoral e acompanhamento das eleições continuarão em janeiro.

Prováveis eleições locais em 2013 ou 2014

O ministro da Administração do Território anunciou no dia 11 de novembro que as primeiras eleições municipais do país ocorrerão em 2013 ou 2014. Em um discurso no Dia da Independência, Bornito de Sousa Baltazar Diogo disse: "Logo após as eleições gerais, e levando em conta o calendário do censo, iremos encontrar um período, provavelmente em 2013 ou 2014, para iniciar a realização de eleições municipais." Previamente, o governo pretendia realizar eleições municipais em 2010.

Atualmente, o poder de indicar os governadores das 18 províncias de Angola está nas mãos do presidente. O ministro disse que o governo planejava reorganizar as estruturas municipais e provinciais antes de qualquer eleição. Conselhos fiscalizadores, compostos por representantes políticos e da sociedade civil, também serão incluídos no monitoramento do desempenho dos governos locais. Bornito de Sousa também confirmou que um censo irá acontecer em 2013. Este será o primeiro censo completo no país desde 1970. Em 2006, o ministro do Planejamento de Angola tinha anunciado planos de conduzir um censo em 2010, mas isto não ocorreu.

UNITA elege Isaias Samakuva para o terceiro mandato

No dia 16 de dezembro, o partido de oposição UNITA, em seu 11º congresso, reelegeu Isaias Samakuva como o líder do partido. Este será seu terceiro mandato. Samakuva obteve 868 votos, ou 85,6 por cento, derrotando Jose Pedro Katchiungo que recebeu 11 por cento dos votos. O congresso ocorreu em Luanda entre os dias 13 e 16 de dezembro sob o lema "Unir Angola para a mudança em 2012", uma referência às eleições parlamentares marcadas para o fim de 2012.

Esperava-se que Samakuva, que lidera o partido desde 2003, se afastasse em 2011. Após diversos atrasos na realização de um congresso, aparentemente por falta de recursos, Samakuva anunciou o congresso em outubro. Depois de diversos pedidos por parte de um grupo do alto escalão do partido para que ele renunciasse em julho, Samakuva suspendeu estes membros por 45 dias por desrespeito às regras do partido.

Apesar de ser o principal partido de oposição de Angola, a UNITA irá disputar as próximas eleições com uma pequena base. Nas eleições de 2008 conquistaram apenas 12 por cento dos votos e 16 vagas em 220 possíveis.

Presidenta brasileira faz visita oficial a Angola

A presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, visitou Angola em outubro como parte de um tour pela África que incluiu Moçambique e África do Sul. Angola e Brasil tem experimentado intensas relações bilaterais desde a independência e que intensificaram-se durante o governo do último presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Após um encontro com o presidente José Eduardo dos Santos, os presidentes reafirmaram o plano de cooperação bilateral dos países, que inclui cooperação econômica, técnica e científica. O Brasil concordou em aumentar o crédito disponível para Angola que, por sua vez, concordou em continuar apoiando o Brasil em seu plano de obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A presidenta Dilma Rousseff enfatizou os benefícios de uma aproximação econômica entre os dois países e disse que esta era uma relação estratégica, baseada em fortes ligações históricas, culturais e econômicas. Na Assembleia Nacional, disse: "O renascimento angolano é um paradigma para as nações do continente que buscam desenvolvimento econômico e social com estabilidade política. É exemplo de esperança."

Os laços econômicos entre os dois países são particularmente fortes. Estima-se que os investimentos feitos por empresas brasileiras em Angola sejam de aproximadamente 4 bilhões de dólares. Angola é o segundo maior importador de produtos brasileiros na África, é o quarto maior exportador africano para o Brasil, sendo o petróleo o produto mais exportado. O Brasil também apóia projetos na área da educação e saúde e está envolvido no programa de reconstrução nacional do governo de Angola.

No fim de novembro, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Fernando Pimentel, levou uma delegação de empresários para uma visita a trabalho de quatro dias a Angola visando fortalecer os laços econômicos.

Primeiro-ministro português visita Angola

O primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, visitou Luanda em novembro para incentivar um aumento de investimento de Angola na economia portuguesa. Atualmente, sob um programa do FMI, Portugal busca vender e privatizar uma série de ativos e serviços do estado. Em uma conferência de imprensa para marcar a visita, o presidente José Eduardo dos Santos disse: "Temos consciência das dificuldades que o povo português tem enfrentado recentemente e em momentos difíceis como este temos que usar nossos trunfos." O primeiro-ministro português disse: "É uma oportunidade única para poder preparar as bases de uma relação ainda de maior excelência e mais próxima, não apenas entre os dois países, os cidadãos, as empresas, mas também entre os Estados. Lembrem-se que nós estamos planejando privatizar a [empresa estatal] Energias de Portugal e a [rede de distribuição] REN."

Várias empresas angolanas ligadas à petrolífera estatal Sonangol já possuem ativos substanciais em Portugal. Em 2010, quatro por cento das empresas listadas na bolsa de valores portuguesa eram propriedades de empresas angolanas. Enquanto o FMI projeta que a economia de Portugal irá retrair-se em 1.8 por cento em 2012, espera-se que a angolana cresça em 11 por cento. Isto faz com que analistas especulem que o investimento de Angola em Portugal aumentará nos próximos meses. Em agosto de 2011, o Banco Internacional de Crédito de Angola acertou a compra do banco estatal Banco Português de Negócios; há ainda rumores da compra de ativos de outros bancos. Também espera-se que empresas angolanas invistam em serviços portugueses nas privatizações de paraestatais do país.

Noruega fortalecerá laços com Angola

Os ministros do Ambiente e Desenvolvimento Internacional e da Indústria e Comércio da Noruega lideraram uma delegação com 50 membros de vários setores que visitou Angola no fim de novembro em uma iniciativa para fortalecer relações.

Fora da plataforma continental norueguesa, Angola é o maior fornecedor de petróleo da Statoil, petrolífera estatal de economia mista da Noruega. O país fornece à Statoil mais de 170 mil barris de petróleo cru por dia. Em 2008 a Statoil pagou aproximadamente 3.85 milhões de libras esterlinas ao governo angolano.

Analistas especularam que era improvável que a visita enfatizasse questões como transparência e confiabilidade do setor petrolífero. O grupo internacional de reflexão Chatham House disse: "Em vez de arriscar danificar a relação baseada no petróleo e alienar seus anfitriões angolanos, o ministro do Ambiente e Desenvolvimento Internacional norueguês, Erik Solheim, provavelmente focará em aspectos mais palatáveis não relacionados ao petróleo e que também estão no topo da agenda, tais como: diversificação da economia de Angola, desenvolvimento de energia renovável, educação e capacitação."

A delegação reuniu-se com ministros dos Petróleos, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Indústria, das Relações Exteriores e do Comércio. O Embaixador da Noruega em Angola, Jon Vea, disse: "o objetivo da vinda desta delegação à Angola é reforçar os laços bilaterais políticos e econômicos."

Ao fim da visita ambos os governos anunciaram uma iniciativa de cooperação para preservar a vida marinha de Angola e a floresta de Maiombe.

Indicado o novo governador de Luanda

No dia 14 de novembro, o novo governador provincial de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento, foi nomeado pelo presidente José Eduardo dos Santos. Ele substitui Graciano Domingos, que foi indicado como governador interino após a exoneração de José Maria Ferraz dos Santos em julho. Bento Bento é um membro proeminente do MPLA e um leal apoiador do presidente; ele será o nono governador da província nos últimos 9 anos.

Bento Bento tem sido bastante crítico dos recentes protestos em Angola contra o presidente. É esperado que ele responda com força a qualquer outra agitação antes das eleições nacionais planejadas. O antigo vice-ministro da Administração do Território, Graciano Francisco Domingos, foi indicado como vice governador para o setor de organização administrativa, enquanto Jovelina Alfredo António Imperial permanece como vice-governadora para o setor político e social.

Economia

32 bilhões de dólares a fundo perdido

O governo angolano foi convocado a explicar a discrepância de 32 bilhões de dólares em suas contas, o equivalente a um quarto do produto interno bruto do país. A discrepância foi identificada por um relatório

do Fundo Monetário Internacional, publicado em dezembro de 2011, que aponta recursos que foram gastos ou transferidos entre 2007 e 2010 sem serem devidamente documentados.

Após as reformas legislativas de 2010, um avanço no monitoramento da estatal petrolífera Sonangol levou à identificação de 7,1 bilhões de dólares em transferências sem explicações para contas bancárias no exterior. Outros 24,9 bilhões de dólares aparecem como uma discrepância não justificada nas contas governamentais.

Arvind Ganesan, Diretor do Programa de Negócios e Direitos Humanos da *Human Rights Watch* disse: "São dezenas de milhares de milhões de dólares que poderiam ser usados em benefício da população angolana – em vez disso, o governo não é capaz de justificá-los... Os angolanos merecem uma explicação pública e completa sobre o paradeiro destes milhares de milhões." No início de dezembro a organização anti-corrupção Transparência Internacional lançou seu Índice Mundial de Percepção da Corrupção, Angola aparece na 168ª posição entre 182 países, junto com a República Democrática do Congo, Líbia e Chade.

Aprovado o orçamento de 2012

A Assembleia Nacional aprovou a proposta de orçamento de 2012 no dia 15 de novembro. O orçamento baseia-se na expectativa de que a produção de petróleo irá aumentar em 13,4 por cento; espera-se que a economia cresça de 3,4 por cento para 12,8 por cento. O ministro das Finanças, Carlos Lopes, disse à Assembleia Nacional que também espera que as receitas dos setores que não são do petróleo aumentem de 7,5 por cento para 12,5 por cento.

Autoridades municipais e provinciais receberão uma parcela reduzida, 18 por cento dos gastos do governo, em comparação com os 82 por cento do governo central. As áreas da saúde e educação viram aumento assim como a Comissão Nacional Eleitoral, que prepara-se para as eleições nacionais.

O orçamento voltou para a Assembleia Nacional no dia 8 de dezembro, quando recebeu aprovação final.

Novas leis bancárias para empresas petrolíferas estrangeiras

Empresas petrolíferas internacionais têm até dois anos para adequarem-se à nova legislação que as obriga a usar bancos angolanos para transações financeiras.

Muitas empresas, que até agora têm usado bancos estrangeiros, serão requisitadas a abrir contas em bancos domésticos para efetuar todas as transações relacionadas às operações petrolíferas. Espera-se que as mudanças ajudem a desenvolver o setor bancário angolano e auxiliem a economia a proteger-se contra a volatilidade experimentada durante a crise bancária de 2009.

A nova legislação será implementada em duas fases. A primeira cobrirá as transações domésticas e a segunda os pagamentos internacionais.

Em novembro, auditores internacionais e a consultoria KPMG publicaram seus relatórios sobre o setor bancário de Angola. O país assistiu um aumento de 22 por cento no número de agências bancárias e a emergência de três novos bancos. No entanto, progresso é focado na capital. Mais da metade das agências bancárias estão situadas em Luanda e apenas 11 por cento dos angolanos possuem uma conta bancária.

Direitos Humanos

***Human Rights Watch* condena violência policial**

A ONG internacional *Human Rights Watch* fez um apelo para que o governo de Angola pare de usar força excessiva contra protestos anti-governo que ocorreram no início de dezembro. Os apelos vieram

após um pesquisador da organização observar uma série de ataques feitos por agentes de segurança a paisana e policiais em Luanda. Os agentes foram vistos pulverizando líquidos em manifestantes e jornalistas, causando cegueira temporária e desmaios. Policiais foram vistos agredindo manifestantes com cassetetes e prendendo jornalistas que cobriam os protestos.

O diretor na África da *Human Rights Watch*, Daniel Bekele, disse: "Se o governo de Angola tinha a esperança de ocultar os seus ataques violentos contra manifestantes pacíficos, não conseguiu fazê-lo... O governo de Angola deve respeitar os direitos dos jornalistas e de outros observadores a cobrir e divulgar quaisquer manifestações e eventos políticos... Isto é particularmente importante numa altura em que Angola está a caminho das eleições em 2012."

A *Human Rights Watch* tem demonstrado preocupação com a violência policial e tratamento dispensado aos manifestantes e jornalistas, particularmente durante a época das manifestações planejadas em março e protestos em setembro 2011.

Presidente José Eduardo dos Santos responde a protestos com compromisso com a juventude

O presidente José Eduardo dos Santos em seu discurso do Estado da Nação, em 21 de outubro, anunciou uma série de iniciativas em prol dos jovens e para ressaltar a necessidade de mais diálogo para prevenir que "mal-entendidos" ocorram. Entre seus anúncios estava a garantia de dobrar o número de bolsas de estudo acadêmicas em 2012 e retomar o Plano Executivo do Governo de Apoio à Juventude com o objetivo de aumentar o acesso à capacitação e melhorar a empregabilidade. O presidente José Eduardo dos Santos disse na Assembleia Nacional que "Não tem por isso qualquer fundamento a afirmação de que em Angola vigora um regime ditatorial, que não reconhece os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos... Pelo contrário, no país existe uma democracia recente, viva, dinâmica e participativa, que se consolida todos os dias."

O anúncio foi recebido como uma resposta direta aos protestos generalizados liderados pela juventude que aconteceram a partir de março e que poderão marcar o início de uma sutil mudança na abordagem por parte do governo, que havia anteriormente acusado a UNITA, estrangeiros e criminosos pelos protestos. Alguns dias antes, o trânsito em Luanda foi interrompido por várias horas devido a um bloqueio de uma importante via feito por 700 pessoas que carregavam cartazes demandando a renúncia de José Eduardo dos Santos.

União Africana considerará investigação de queixas cabinesas sobre direitos humanos

A União Africana (UA) concordou em contemplar o mérito de apontar um relator especial para investigar as alegações de abusos dos direitos humanos no enclave de Cabinda. O anúncio, no fim de dezembro, ocorreu após uma série de queixas serem enviadas à Comissão Africana de Direitos Humanos e Direitos dos Povos (ACHPR, sigla em inglês) em setembro de 2006 pela Frente de Libertação do Estado de Cabinda (FLEC). As denúncias cobrem uma série de questões incluindo alegações de abusos contra os direitos humanos, o direito legal de Angola ao território e alegações de que mais de 90 por cento das receitas geradas pelo petróleo no território não são usadas em benefício de sua população.

O resumo da queixa diz: "Eles (FLEC) alegam que os cabindenses têm sofrido com a alta taxa de desemprego, carência de oportunidades de educação, doenças e intensa pobreza desde quando o governo angolano tomou o controle dos recursos naturais de Cabinda, como o petróleo em alto mar e recursos minerais e petrolíferos em terra firme."

O enclave de Cabinda, rico em recursos minerais e petróleo, tem sido administrado como parte de Angola desde a década de 1930 quando o ditador português António de Oliveira Salazar declarou Angola como província de Portugal. Consistentemente há chamados pela independência do enclave desde quando o Tratado de Alvor reafirmou, em 1975, o status de Cabinda como parte de Angola.

Jornalista cabindês ameaçado

O Comitê para a Proteção dos Jornalistas conclamou as autoridades angolanas a protegerem o jornalista José Manuel Gimbi depois que homens armados invadiram sua casa e ameaçaram agredí-lo. A invasão ocorreu no fim de outubro após uma reportagem que criticava a maneira como o governo trata o conflito em Cabinda, onde o jornalista da *Voice of America* está baseado.

Após reportar o incidente à polícia, Gimbi permaneceu temporariamente escondido. Oliveira da Silva, diretor do Departamento de Investigação Criminal da polícia, disse que o jornalista não estava em situação de risco, reportou a *Voice of America*.

De acordo com o Comitê para a Proteção dos Jornalistas, a invasão faz parte de intimidações recorrentes contra Gimbi, devido às suas reportagens críticas sobre o governo. O coordenador de Defesa dos Jornalistas da África, Mohamed Keita, disse: "Consideramos as autoridades de Cabinda responsáveis pela segurança de Gimbi e fazemos um apelo para que a polícia conduza uma investigação sobre o incidente."

Atividades de grupo pelos direitos das crianças interrompidas Autoridades locais de Benguela, no oeste de Angola, foram acusadas de interromper regularmente as atividades do grupo pelos direitos das crianças OMUNGA.

No dia 9 de novembro, um dia antes do lançamento do primeiro Encontro Internacional de Artes e Culturas Urbanas OKUPAPALA organizado pela OMUNGA, o grupo foi informado que as autoridades locais haviam retirado seu apoio ao evento. OKUPAPALA é um encontro social que tem como objetivo promover comunidades que são vulneráveis e marginalizadas e encorajá-las a participar na sociedade. No dia 30 de novembro, a polícia adotou medidas para prevenir que outros eventos organizados pela OMUNGA ocorressem durante o festival OKUPAPALA. Apesar do fato de que a ONG escreveu às autoridades informando sobre o evento, a polícia apareceu exigindo documentação oficial e então desligou um gerador para impedir a continuação do evento.

O cancelamento do festival OKUPALALA não representa a primeira tentativa das autoridades locais em desestabilizar o trabalho da OMUNGA. Em 2010, uma manifestação planejada contra demolições de moradias e despejos foi bloqueada e o coordenador da organização tem sido alvo de ameaças e intimidação.

O grupo de direitos humanos, *Front Line*, baseado na Irlanda disse: " A paralisação das atividades da OMUNGA está diretamente relacionada ao seu trabalho de defesa dos direitos humanos."

Assistência e Desenvolvimento

Chuvas torrenciais desalojam milhares de pessoas

Chuvas torrenciais no nordeste de Angola causaram grande enchente que desalojou dezenas de milhares de angolanos, muitos deles refugiados da República Democrática do Congo.

Antonio Maiandi, responsável pela Igreja Evangélica Reformista de Angola, disse: "Nos últimos quatro meses, pelo menos 50 mil pessoas – 24 mil das quais são refugiados –, em 10 aldeias da província de Uíge, norte de Angola foram afetadas por chuvas torrenciais de granizo e inundações."

No início de janeiro 1.142 casas e plantações da região foram destruídas. Segundo a agência de notícias do governo, 45 hectares de lavouras foram destruídos em dezembro. Maiandi acrescentou: "A população local, que trabalha majoritariamente na lavoura, foi severamente afetada, com as plantações de mandioca e de amendoim praticamente destruídas, pelo que não há comida suficiente para todos." De acordo com o governo provincial, chuvas torrenciais no sul de Angola desalojaram 4 mil famílias em dezembro. O governador da província Cuando-Cubango, Eusébio de Brito, anunciou no dia 12 de

dezembro medidas temporárias para auxiliar aqueles em situação de risco, oferecendo telhas de zinco, roupas e 20 barracas. No distrito de Kuangar as chuvas destruíam 53 casas.

ONU relança programa de repatriamento

No início de novembro, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) relançou o programa de repatriamento para trazer de volta 43 mil refugiados angolanos que viveram por anos na República Democrática do Congo (RDC).

Acredita-se que há 80 mil refugiados angolanos vivendo na RDC, aproximadamente 43 mil deles querem voltar à Angola, de acordo com uma pesquisa da ACNUR realizada em 2010. O programa segue um acordo de repatriamento assinado entre Angola, RDC e ACNUR em Junho de 2011. Aproximadamente 20 mil pessoas requisitaram assistência para retornar à Angola e dois comboios estão planejados para acontecer semanalmente.

Em seu discurso na chegada do primeiro comboio a Luvo, o ministro angolano da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, disse: “Iniciamos hoje o processo de repatriamento que levará ao retorno de 43 mil refugiados... Temos responsabilidades com as crianças que chegaram. Elas devem estudar.”

Apesar do governo Angolano ter se comprometido a fornecer assistência como moradia, micro-crédito e formação profissional aos refugiados, alguns relatórios dizem que não foi dado um apoio adequado. Recentes chuvas torrenciais no nordeste de Angola têm colocado pressão sobre os recursos disponíveis. A ACNUR paralisou os repatriamentos temporariamente em dezembro de 2011. Deve-se reiniciar o programa no dia 17 de janeiro de 2012.

Surto de cólera em Lucapa

Em dezembro, um surto de cólera na província de Luanda-Norte tirou a vida de mais de 50 pessoas. De acordo com o governador de Norte-Luanda, Ernesto Muangala, mais de 100 casos foram registrados nas duas primeiras semanas de dezembro na cidade de Lucapa. Ele afirmou que medidas para impedir a disseminação da doença haviam sido tomadas e ressaltou melhoras no serviço de saúde na província durante o último ano. No dia 6 de janeiro, o vice-ministro do Interior para a Proteção Civil, Eugénio Laborinho, disse que nenhum novo caso da doença tinha sido registrado nas últimas 48 horas.

As matérias do Monitor de Angola não representam necessariamente qualquer posição acordada pelo ACTSA.